

Sobre pecado e castigo

Eu juro por mim mesmo, diz o Senhor Deus, que eu não quero a morte do ímpio, mas quero que o ímpio se converta, que deixe o mau caminho, e que viva. (Ezequiel, cap. XXXIII, v. 11)¹

Existem, na ciência espírita, palavras que incomodam sobremaneira alguns leitores, como, por exemplo: pecado, culpa, castigo ou punição.

Como essas palavras representam ideias que remontam à Antiguidade, seus significados trazem as marcas das crenças e dos costumes.

As doutrinas pagãs ligavam a alguns desses termos um significado menos terrível do que o adotado pelas religiões judaico-cristãs. No entanto, alguns cristãos esclarecidos faziam um juízo mais racional sobre o significado desses termos, como o pecado, por exemplo.

O filósofo cristão Agostinho, mais conhecido como Santo Agostinho, e que é considerado um dos pais da Igreja, escreveu, no século V sobre o que entendia por pecado. Eis um trecho de um de seus escritos²:

Eu vou repetir aqui um ponto de doutrina frequentemente explicado em minhas obras. Nossos pecados se ligam a duas causas: a ignorância, que nos impede de termos conhecimento de nosso dever, e a fraqueza, que nos impede de o cumprir quando dele temos consciência. Indubitavelmente, é preciso combater esse duplo mal; entretanto, nós sucumbiríamos nessa luta se Deus não nos assistisse, não somente nos esclarecendo sobre nossos deveres, mas ainda acrescentando à luz que cura a inteligência, um atrativo bastante poderoso para nos tornar insensíveis às seduções dos objetos que nos arrastam ao pecado com pleno conhecimento de causa; seja pelo desejo de os possuir, seja por temor de os perder. Nós não somos então simples pecadores, como o seríamos pecando por ignorância; nós somos prevaricadores, pois, instruídos pela lei, ousamos fazer o que ela proíbe ou não fazer o que ela ordena. Além disso, após haver pedido a Deus o perdão de nossas faltas: “Perdoai as nossas dívidas como perdoamos os nossos devedores”, é preciso também pedir que nos conduza e nos arranque do pecado: “E não nos deixeis cair em tentação”³: é preciso, digo eu, invocar Aquele que o Salmista chama, ao mesmo tempo de “sua luz e sua salvação”⁴ a fim de que ele dissipe nossa ignorância e fortifique nossa fragilidade.

Ainda em nossos dias se houve falar de penas ou castigos eternos, mas é justamente essa ideia que a humanidade, mais esclarecida, não pode conceber.

Vejamos o que a Ciência espírita diz sobre este assunto, e o próprio Agostinho, agora como Espírito, é quem se pronuncia:

“Interrogai o vosso bom-senso, a vossa razão, e perguntai-lhes se uma condenação perpétua, motivada por alguns momentos de erro, não seria a negação da bondade de Deus. Que é, com efeito, a duração da vida, ainda quando de cem anos, em face da eternidade? Eternidade! Compreendeis bem esta palavra? Sofrimentos, torturas sem-fim, sem esperanças, por causa de algumas faltas! O vosso juízo não repele semelhante ideia? Que os Antigos tenham considerado o Senhor do Universo um Deus terrível, cioso e vingativo, concebe-se. Na ignorância em que se achavam, atribuíam à divindade as paixões dos homens. Esse, todavia, não é o Deus dos cristãos, que classifica como virtudes primordiais o amor, a caridade, a misericórdia, o esquecimento das ofensas. Poderia ele carecer das qualidades, cuja posse prescreve, como um dever,

¹ Le ciel et l'enfer, 1865.

² Traité de la Foi, de l'Espérance et de la Charité, cap. LXXXI, deux causes du péché : l'ignorance et la faiblesse : nécessité de la grace pour surmonter ces obstacles.

³ Mat. VI, 12, 13 (Nota de Agostinho)

⁴ Explic. da Epístola aos Gálatas, n. 35. Ver tomo V. (Nota de Agostinho)

às suas criaturas? Não haverá contradição em se lhe atribuir a bondade infinita e a vingança também infinita? Dizeis que, acima de tudo, ele é justo e que o homem não lhe compreende a justiça. Mas a justiça não exclui a bondade, e ele não seria bom se condenasse a eternas e horríveis penas a maioria das suas criaturas. Teria o direito de fazer da justiça uma obrigação para seus filhos, se lhes não desse meio de compreendê-la? Aliás, no fazer que a duração das penas dependa dos esforços do culpado não está toda a sublimidade da justiça unida à bondade? Aí é que se encontra a verdade desta sentença: “A cada um segundo as suas obras.”⁵

Se assim é, e se a cada um será dado segundo suas obras, como se processa essa justiça para o Espírito, na vida após a morte, já que a justiça humana se restringe ao homem enquanto encarnado? A esse respeito nos esclarece Kardec:

“Pelo estudo da situação dos Espíritos, o homem sabe que a felicidade e a infelicidade, na vida espiritual, são inerentes ao grau de perfeição e de imperfeição; que cada qual sofre as consequências diretas e naturais de suas faltas, ou, por outra, que é punido naquilo em que pecou; que essas consequências duram tanto quanto a causa que as produziu; que, por conseguinte, o culpado sofreria eternamente, se persistisse no mal, mas que o sofrimento cessa com o arrependimento e a reparação; ora, como depende de cada um o seu aperfeiçoamento, todos podem, em virtude do livre-arbítrio, prolongar ou abreviar seus sofrimentos, como o doente sofre, pelos seus excessos, enquanto não lhes põe termo.”⁶

Os ensinamentos de Jesus, embora colocados numa forma alegórica, expressam a sabedoria de um Espírito puro, que compreendia as leis divinas e as ensinou aos homens, como se percebe nas seguintes passagens:

O servo que souber da vontade do seu amo e que, entretanto, não estiver pronto e não fizer o que dele queira o amo, será rudemente castigado. - Mas, aquele que não tenha sabido da sua vontade e fizer coisas dignas de castigo menos punido será. Muito se pedirá àquele a quem muito se houver dado e maiores contas serão tomadas àquele a quem mais coisas se haja confiado. (S. Lucas, 12:47-48.)

Vim a este mundo para exercer um julgamento, a fim de que os que não veem vejam e os que veem se tornem cegos. - Alguns fariseus que estavam com ele, ouvindo essas palavras, lhe perguntaram: Também nós, então, somos cegos? - Respondeu-lhes Jesus: Se fôsseis cegos, não teríeis pecados; mas, agora, dizeis que vedes e é por isso que em vós permanece o vosso pecado. (S. João, 9:39 a 41.)

“Por esta sentença: “Se fôsseis cegos, não teríeis pecados”, quis Jesus significar que a culpabilidade está na razão das luzes que a criatura possua. Ora, os fariseus, que tinham a pretensão de ser, e eram, com efeito, os mais esclarecidos da sua nação, mais culposos se mostravam aos olhos de Deus, do que o povo ignorante. O mesmo se dá hoje.⁷

Interessante notar que a culpa e sua conseqüente punição têm relação com o conhecimento das leis e com o livre-arbítrio. Poderíamos dizer que não existe pecado se não houver liberdade, mas a recíproca não é verdadeira. É fácil entender que se não houvesse liberdade de escolha nas ações dos homens, eles seriam como máquinas ou um fenômeno natural. Se, por exemplo, uma pedra despenca do alto de uma montanha, atinge um homem e o mata, certamente não diremos que a pedra cometeu um pecado, e que deva responder por isso.

O mesmo não se daria se um indivíduo, em sã consciência, estivesse no alto da

⁵ O Livro dos Espíritos, item 1009.

⁶ A Gênese, cap. I, item 32.

⁷ O Evangelho segundo o Espiritismo, cap. XVIII - Muitos os chamados, poucos os escolhidos - Muito se pedirá àquele que muito recebeu, itens 10, 11 e 12.

montanha e, ao ver passar o homem, lhe atirasse a pedra e o matasse. Esse seria um ato de liberdade, enquanto o primeiro não passou de um fenômeno natural.

Resta então saber como se restabeleceria, perante a própria consciência, o indivíduo livre que cometeu um ato de infração à lei, ou seja, um pecador? Como se daria seu castigo?

Um das mais belas e racionais explicações sobre culpa e castigo vamos encontrar nas palavras de Paulo, Apóstolo:

“Gravitar para a unidade divina, eis o fim da Humanidade. Para atingi-lo, três coisas são necessárias: a justiça, o amor e a ciência. Três coisas lhe são opostas e contrárias: a ignorância, o ódio e a injustiça. Pois bem: digo-vos, em verdade, que mentis a esses princípios fundamentais, comprometendo a ideia de Deus, com o lhe exagerardes a severidade. Duplamente a comprometeis, deixando que no Espírito da criatura penetre a suposição de que há nela mais clemência, mais mansuetude, amor e verdadeira justiça, do que atribuis ao ser Infinito. (...)”⁸

“Quem é, com efeito, o culpado? É aquele que, por um desvio, por um falso movimento da alma, se afasta do objetivo da criação, que consiste no culto harmonioso do belo, do bem, idealizados pelo arquétipo humano, pelo Homem-Deus, por Jesus-Cristo.

“Que é o castigo? A consequência natural, derivada desse falso movimento; uma certa soma de dores necessária a desgostá-lo da sua deformidade, pela experimentação do sofrimento. O castigo é o agulhão que estimula a alma, pela amargura, a se dobrar sobre si mesma e a buscar o porto de salvação. O castigo só tem por fim a reabilitação, a redenção. Querê-lo eterno, por uma falta não eterna, é negar-lhe toda a razão de ser.

Alguns poderiam perguntar: por que Kardec e os Espíritos se utilizaram dos termos castigo e punição, tão carregados de preconceitos, em vez de criar novos termos para a construção da ciência espírita?

Talvez a ideia tenha sido mesmo a de desfazer os preconceitos, e não haveria outra forma de conseguir isso senão dar a esses termos, já consagrados pelo uso, o seu real significado do ponto de vista cristão.

Agora resta-nos, também, entender um pouco a questão do “pecado original” que, segundo a Bíblia, a humanidade teria herdado de uma infração cometida por Adão. Vejamos o que a esse respeito diz nosso mestre Allan Kardec:

“Adão personifica a Humanidade; sua falta individualiza a fraqueza do homem, em quem predominam os instintos materiais a que ele não sabe resistir.”⁹

“A árvore, como árvore de vida, é o emblema da vida espiritual; como árvore da Ciência, é o da consciência que o homem adquire, do bem e do mal, pelo desenvolvimento da sua inteligência e do livre-arbítrio, em virtude do qual ele escolhe entre um e outro. Assinala o ponto em que a alma do homem, deixando de ser guiada unicamente pelos instintos, toma posse da sua liberdade e incorre na responsabilidade dos seus atos.”

“O fruto da árvore simboliza o objeto dos desejos materiais do homem; é a alegoria da cobiça e da concupiscência; concretiza, numa figura única, os motivos de arrastamento ao mal. O comer é sucumbir à tentação. A árvore se ergue no meio do jardim de delícias, para mostrar que a sedução está no seio mesmo dos prazeres e para

⁸ O Livro dos Espíritos, item 1009.

⁹ Nota de Kardec: Está hoje perfeitamente reconhecido que a palavra hebréia *haadam* não é um nome próprio, mas significa: o homem em geral, a Humanidade, o que destrói toda a estrutura levantada sobre a personalidade de Adão.

lembrar que, se dá preponderância aos gozos materiais, o homem se prende à Terra e se afasta do seu destino espiritual.”¹⁰

“A morte de que ele é ameaçado, caso infrinja a proibição que se lhe faz, é um aviso das consequências inevitáveis, físicas e morais, decorrentes da violação das leis divinas que Deus lhe gravou na consciência. É por demais evidente que aqui não se trata da morte corporal, uma vez que depois de cometida a falta Adão ainda viveu longo tempo, mas, sim, da morte espiritual, ou, por outras palavras, da perda dos bens que resultam do adiantamento moral, perda figurada pela sua expulsão do jardim de delícias.”¹¹

Encerramos, ainda com Kardec:

“Sem a preexistência da alma, a doutrina do pecado original não seria somente inconciliável com a justiça de Deus, que tornaria todos os homens responsáveis pela falta de um só, seria também um contrassenso, e tanto menos justificável quanto, segundo essa doutrina, a alma não existia na época a que se pretende fazer que a sua responsabilidade remonte. Com a preexistência, o homem traz, *ao renascer*, o gérmen das suas imperfeições, dos defeitos de que se não corrigiu e que se traduzem pelos instintos naturais e pelos pendores para tal ou tal vício. É esse o seu verdadeiro pecado original, cujas consequências naturalmente sofre, mas com a diferença capital de que sofre a pena das suas próprias faltas, e não das de outrem; e com a outra diferença, ao mesmo tempo consoladora, animadora e soberanamente equitativa, de que cada existência lhe oferece os meios de se redimir pela reparação e de progredir, quer despojando-se de alguma imperfeição, quer adquirindo novos conhecimentos e, assim, até que, suficientemente purificado, não necessite mais da vida corporal e possa viver exclusivamente a vida espiritual, eterna e bem-aventurada.

Pela mesma razão, aquele que progrediu moralmente traz, ao renascer, qualidades naturais, como o que progrediu intelectualmente traz ideias inatas; identificado com o bem, pratica-o sem esforço, sem cálculo e, por assim dizer, sem pensar. Aquele que é obrigado a combater as suas más tendências vive ainda em luta; o primeiro já venceu, o segundo procura vencer. Existe, pois, a *virtude original*, como existe o *saber original*, e o *pecado* ou, antes, o *vício original*.¹²

TC, 15/10/2011

¹⁰ Nota de Kardec: Em nenhum texto o fruto é especializado na maçã, palavra que só se encontra nas versões infantis. O termo do texto hebreu é *peri*, que tem as mesmas acepções que em francês, sem determinação de espécie e pode ser tomado em sentido material, moral, alegórico, em sentido próprio e figurado. Para os israelitas, não há interpretação obrigatória; quando uma palavra tem muitas acepções, cada um a entende como quer, contanto que a interpretação não seja contrária à gramática. O termo *peri* foi traduzido em latim por *malum*, que se aplica tanto à maçã, como a qualquer espécie de frutos. Deriva do grego *melon*, participio do verbo *melo*, interessar, cuidar, atrair.

¹¹ A Gênese, cap. XII - Gênese moisaica - Perda do Paraíso » Perda do Paraíso.

¹² A Gênese, capítulo I - Caráter da revelação espírita, item 38.